



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano IX - Nº 3355 14/08/2026

SINTSEF-CE REÚNE DIREÇÃO E REPRESENTANTES DAS BASES PARA DEBATER CONJUNTURA E PAUTAS DOS SERVIDORES



O Sintsef-CE realizou, na manhã desta sexta-feira (14), mais uma reunião ordinária ampliada da Direção Colegiada, com a participação de coordenadores das Delegacias Sindicais de Base e membros do Conselho Fiscal. O encontro teve como pauta a análise da conjuntura nacional e os principais desafios dos servidores públicos federais, com destaque para as eleições gerais, a regulamentação da negociação coletiva e as reivindicações econômicas da categoria.

A análise de conjuntura contou com a participação dos dirigentes da Condsef/Fenadsef Pedro Armengol e Sérgio Ronaldo e de Marcelo Carlini, diretor da Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União no Rio Grande do Sul e da CUT-RS. Os convidados abordaram o cenário político do país e os debates que devem mobilizar os servidores no próximo período.

Entre os principais temas esteve a regulamentação da negociação coletiva no setor público, reivindicação histórica da categoria. Em abril, o governo federal encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei (PL) nº 1.893/2026, que trata do tema e tem como relator o deputado federal André Figueiredo (PDT-CE). Diante das divergências em torno do conteúdo, a proposta já passou por sucessivas alterações e está atualmente em sua sétima versão. Entre os pontos discutidos estão a formalização das negociações e a instituição de uma data-base para os servidores públicos.

A reunião também abordou a luta pela criação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas. A reivindicação busca amenizar a perda de renda enfrentada pelos servidores que, ao se aposentarem, deixam de receber o auxílio-alimentação justamente em uma fase da vida em que aumentam despesas com saúde, medicamentos e alimentação.

Outro ponto foi a mobilização das entidades nacionais junto ao Congresso Nacional e ao governo federal para garantir recursos no Orçamento de 2027 destinados às reivindicações do funcionalismo. Entre as demandas estão a recomposição salarial e a garantia de recursos para

o auxílio-saúde, com a defesa de um valor mínimo de R\$ 1,3 mil por servidor e seus dependentes.

Para o Sintsef-CE, o acompanhamento desses debates e a participação das bases são fundamentais para fortalecer a organização dos servidores diante das pautas que estão em discussão no Congresso e junto ao governo. A entidade seguirá acompanhando as negociações nacionais e atuando em conjunto com as demais representações da categoria na defesa dos direitos do funcionalismo público federal.

CONDSEF REFORÇA DEFESA DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL NA REGULAMENTAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

A Condsef/Fenadsef reafirmou, nesta quinta-feira (13), a defesa da exclusividade das entidades sindicais na condução das negociações coletivas no serviço público. O posicionamento ocorre após a retirada de pauta do Projeto de Lei (PL) nº 1.893/2026, que regulamenta a negociação coletiva e a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e diante das sucessivas alterações apresentadas ao texto em discussão no Congresso Nacional.

Após análise da versão mais recente apresentada pelo relator, deputado federal André Figueiredo (PDT-CE), a Confederação declarou apoio ao Substitutivo nº 4. Na avaliação da entidade, o novo texto corrige problemas identificados em versões anteriores ao estabelecer que a negociação coletiva é prerrogativa das entidades sindicais. As associações de caráter classista poderão participar do processo como convidadas ou com anuência da representação sindical.

A Condsef/Fenadsef também esclareceu que a mobilização realizada no Congresso Nacional, na última terça-feira (11), teve como objetivo preservar o modelo constitucional de representação dos trabalhadores. Segundo a entidade, o texto que estava disponível até então apresentava alterações que poderiam fragmentar a representação das categorias e enfraquecer o papel dos sindicatos no processo de negociação.

Para a Confederação, a regulamentação da negociação coletiva é uma reivindicação histórica do funcionalismo, mas precisa assegurar o protagonismo das organizações sindicais legitimamente constituídas. A entidade defende que a implementação da Convenção nº 151 da OIT ocorra sem mudanças que descaracterizem o papel constitucional dos sindicatos na representação dos servidores públicos.

A Condsef/Fenadsef orientou suas entidades filiadas a permanecerem mobilizadas para um novo esforço concentrado no Congresso Nacional, previsto para setembro.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos

Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

Estagiários de comunicação: Mariah Salvatore e Guilherme Azevedo

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO